



DIÁRIO OFICIAL

da Câmara

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 21, 22, 23, 24 e 25 de janeiro de 2019

ANO XXXVI Nº 1822

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

MAURO CRISTIANO FREITAS

Presidente – DC

GUSTAVO BEMERGUY SEFER

1º Vice-Presidente – PSD

SIMONE CAROLE C. KAHWAGE DOS SANTOS

2º Vice-Presidente – PRB

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

1º Secretário – MDB

HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JUNIOR

2º Secretário – PDT

JOSE EMERSON CAMPOS SAMPAIO

3º Secretário – PP

AMAURY DE SOUZA FILHO

4º Secretário – PT

VEREADORES

BLOCO DC / AVANTE

Avante RILDO DE OLIVEIRA PESSOA – Líder
Dr. ELENILSON SANTOS – Vice-líder

BLOCO PMN / SOLIDARIEDADE / PEN / PR

PMN FABRÍCIO PEREIRA DA GAMA – Líder
PEN MARCIEL SARAIVA DE ALMEIDA
SOLIDARIEDADE JOSÉ WILSON COSTA ARAÚJO
PR CLEOSON SOUZA DA SILVA (Bieco)

BLOCO PSD / PTC/PSDB

PSD SILVANO OLIVEIRA DA SILVA – Líder
PTC LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR
PSDB VICTOR ORENGEL DIAS

BLOCO MDB / PHS

PHS IGOR WANDER CENTENO NORMANDO – Líder
PMDB BLENDIA CECÍLIA ALVES QUARESMA
JOAQUIM ARISTIDES ARAÚJO CAMPOS

BLOCO PSB / PSDB / PTB/

PSB IGOR GUAPINDAIA DE ANDRADE – Líder
PSDB NEHEMIAS GUEDES VALENTIM – Líder do Governo
PSB GLEISSON OLIVEIRA DA SILVA
PSDB PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTONSON

BLOCO PSC / PPS

PSC JOSÉ MARIA DINELLY - LIDER
PSC CELSO SABINO DE OLIVEIRA SOBRINHO
PPS WELLINGTON PROGÊNIO MAGALHÃES

BLOCO PDT / PP / PSL

PDT MARCO ADRIANO ALBUQUERQUE COELHO – Líder
PSL NILTON SILVA DAS NEVES

BLOCO PCdoB / PT

PCdoB ALTAIR DE LIMA BRANDÃO – Líder
MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES FILHO

BANCADAS

PSOL MARINOR JORGE BRITO – Líder
FERNANDO ANTONIO MARTINS CARNEIRO
FRANCISCO ANTONIO GUIMARÃES DE ALMEIDA

PRB IVANILDO LUIZ DE FRANÇA – Líder
ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA (TORÉ LIMA)

ATO Nº 0368/2019, de 10 de janeiro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições delegadas pela Lei nº 8.078/01, de 05.07.01, e

CONSIDERANDO Solicitação constante do Ofício nº 011/2019/GP/PMB, datado de 09.01.19.

RESOLVE:

REVOGAR a partir de 10.01.19, o Ato nº 275/13, de 01.02.13, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Belém no órgão da Administração Direta/Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, o servidor **Gilberto Albuquerque Noronha (MAT. 0126136)**, pertencente ao Grupo Nível Médio Ref. A-PERMANENTE com ônus para este Poder.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 10 de janeiro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 0371/2019, de 11 de janeiro de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO solicitação constante no Ofício nº 011/2019/GP/PMB, datado de 09.01.19.

RESOLVE:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Companhia de Tecnologia da Informação de Belém-CINBESA, o servidor **Gilberto Albuquerque Noronha (MAT. 0126136)**, pertencente ao Grupo Nível Médio Ref. A-PERMANENTE, sem ônus para este Poder, a partir de 11.01.19.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 11 de janeiro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

PORTARIA Nº 0071/2019, de 16 de janeiro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Art. 93, Inciso I, combinado com o Art. 95 da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde à servidora **Rosanne Mescouto dos Santos**, pertencente ao Grupo Auxiliar-Ref. A – E, durante o período de 16.01.2019 a 16.03.2019, de acordo com Atestado Médico expedido pelo Dr. Gilberto Yoshikawa e homologado pela Dra. Gercy Nascimento Moura – PST/IPAMB.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 16 de janeiro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

ATO Nº 0094/2019, de 31 de janeiro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Art. 93, Inciso I, combinado com o Art. 95 da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 28 (vinte e oito) dias de licença para tratamento de saúde à servidora **Rosilene Lima Cardoso**, ocupante do cargo em comissão “Secretário Legislativo” do Gabinete do Vereador Fabrício Gama, durante o período de 01.02.2019 a 28.02.2019, de acordo com o Laudo Pericial expedido pelo INSS.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 31 de janeiro 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

ATOS..... 09
ATAS..... 04

DIÁRIO OFICIAL

da Câmara Municipal de Belém

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"

End: Travessa Curuzu, nº 1755 – Marco

CEP: 66093-802 Belém – Pará

Homepage: www.cmb.pa.gov.br

Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB

Responsável: Flávia Moreira Garcia de Lima – Chefe DICOS

Registro nº 2719 – DRT / PA

Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB

Responsável: Elisa Bronze Correa – Chefe SIOF

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ESPECIAL DESTINADA A DEBATER O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELÉM CONFORME DISPÕE REQUERIMENTO DE PROPOSIÇÃO DA VEREADORA MARINOR BRITO.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém em sessão especial para debater a revisão do Plano Diretor Municipal de Belém. Assumiu a presidência da Mesa a vereadora Marinor Brito e abriu a sessão, dando boas-vindas a todos os presentes. Chamou então para compor a Mesa o deputado federal Edmilson Rodrigues, Nazaré Lima (enfermeira, advogada e docente da UFPA), Maurício Dias Leal (professor de Direito e membro do Programa de Apoio à Reforma Urbana da UFPA), Maria Elvira Rocha de Sá (professora, doutora e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada – GPPUMA, representando a coordenação do Instituto Amazônico de Gestão Urbana e Ambiental – IAGUA), Marcos Silva (vulgo Marquinhos, ex-vereador desta Casa, representando a Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém – AAPBEL) e Mauro Gaia (diretor geral da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP, representando a Prefeitura de Belém). Marinor Brito observou não haver nenhum outro vereador de Belém presente, justificando a ausência do vereador Fernando Carneiro, cuja genitora faleceu recentemente, não se encontrando em condição de participar da sessão. Referiu que muitos foram convidados a participar desta sessão com o objetivo de iniciar o processo de revisão do Plano Diretor de nossa cidade. Informou que o plano atual foi aprovado em 2008, tendo sido a relatora deste na ocasião. Lembrou que foram realizadas nos bairros de Belém cerca de quarenta audiências públicas para ouvir e analisar as demandas da população a respeito do assunto. Acrescentou que, em 2001, a Lei Federal nº 10527 (Estatuto das Cidades) definiu diretrizes para que as cidades com mais de vinte mil habitantes pudessem organizar seu planejamento pelos próximos dez anos. Uma vez que a Prefeitura de Belém não fez uma efetiva discussão com a sociedade civil – realizando poucas audiências públicas, com reduzida participação popular – serviu de base para a elaboração do projeto do Plano Diretor o processo anterior de debates realizado na gestão do ex-prefeito Edmilson Rodrigues, o Congresso da Cidade. Tentou-se então na CMB ampliar a discussão e acrescentar mais dados para a elaboração da nova lei. Julgou ter sido um dos momentos mais ricos que já viveu como parlamentar, tendo a oportunidade de entrar nos bairros, nas universidades, nas associações de moradores e escutar os reais problemas e as perspectivas que as pessoas tinham visando melhor qualidade de vida. Conseguiram depois, com muita luta, convencer não apenas os integrantes do grupo técnico das diversas universidades, mas também representantes dos setores da sociedade civil de que era necessário incluir no projeto instrumentos de controle urbanístico como a outorga onerosa e o impacto de vizinhança, dentre outros, que eram novidades trazidas pela legislação federal Estatuto das Cidades. Aditou que na CMB o convencimento também não foi fácil, mas conseguiram, com muito esforço e “jogo de cintura”, aprovar um plano diretor que, se não era o ideal, afirmou princípios importantes como o da participação efetiva da população, criação de conselhos e monitoramento de sua implantação. Discutiu-se então sobre as diversas áreas de interesse social e diretrizes importantes foram traçadas para o enfrentamento dos problemas graves que historicamente já existiam em Belém, apontando saídas para a superação destes nos próximos dez anos. Citou entre elas a eliminação dos alagamentos, a macrodrenagem da Bacia do Una, realização de projetos de infraestrutura para o transporte urbano, construção de novos hospitais, escolas e creches, e atenção especial às 39 ilhas que fazem parte do município de Belém. Seriam fortalecidas assim as áreas da Saúde e da Educação, além da geração de renda e empregos. Infelizmente, avaliou, estamos completando dez anos da vigência do Plano Diretor - que se encerra agora em 31 de dezembro vindouro - e este virou letra morta. Lamentavelmente, continuou, isto ocorreu com a convicção do Ministério Público do Estado do Pará - que não está presente nesta sessão, apesar de ter sido convidado. Informou que foram feitas inúmeras representações ao Ministério Público cobrando, em primeiro lugar, a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Destacou o fato de que tal conselho foi criado, mas a partir de um edital publicado em novembro passado e empossado somente na semana anterior, no penúltimo mês de vigência do Plano Diretor. Observou que este conselho tinha, no conteúdo do plano, um papel relevante de representação da sociedade civil, de interação com a administração pública, de monitoramento das políticas e acompanhamento das leis que são sequenciadas a partir do Plano Diretor, como os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis anuais. Ressaltou terem sido dez leis anuais sem monitoramento para saber se etapas do cumprimento do plano estariam sendo garantidas. Deste modo, concluiu, o Ministério Público Estadual lavou as mãos e deixaram de ser regulamentados – por omissão do Executivo Municipal - 38 artigos do Plano Diretor, dentre os quais o relativo ao transporte público. Então temos a obra do BRT, que já dura dez anos e tornou-se um entulho na vida das pessoas. Pontuou ser conveniente ao gestor não haver plano quando este quer evitar a fiscalização, o monitoramento e a cobrança da sociedade. Assim sendo, é possível não realizar o processo licitatório, como ocorreu no

caso da política dos resíduos sólidos de Belém que não resolveu o problema do lixo na cidade e ainda criou um problema ambiental em Marituba. Pontificou que, sem um plano, não há parâmetro jurídico que permita entrar na Justiça ou fazer qualquer tipo de cobrança. Explicou ter se alongado em sua exposição porque está encerrando sua participação neste processo, pois foi eleita deputada estadual e deixará de atuar na Câmara Municipal de Belém. Achou então necessário fazer esta sessão para reparar à sua suplente Nazaré Lima as responsabilidades que virão no trabalho legislativo para a próxima etapa do Plano Diretor e, além disso, motivar, estimular, convidar a sociedade civil a ser protagonista no próximo passo que deve ser dado para que tenhamos um plano que preencha as lacunas deixadas anteriormente. Ressaltou que isto deve ocorrer não apenas na revisão do Plano Diretor, mas também com o efetivo controle e monitoramento, por parte da sociedade, de sua execução. Informou que o Executivo Municipal ainda não iniciou este processo de revisão, mas a população pode começar a se mobilizar. Disse que esta é mais que uma sessão especial: trata-se de uma autoconvocação popular, pois há várias entidades e grupos presentes. Manifestou estar à inteira disposição, no exercício do mandato de deputada estadual, para ajudar e fazer algumas pontes necessárias, sobretudo em relação às políticas que envolvem toda a Região Metropolitana. Recordou a tentativa de criar, em anos anteriores, o parlamento metropolitano para fazer o acompanhamento e discussão de questões importantes e relativas a toda a Região Metropolitana de Belém. Agradeceu pelos anos de convivência na CMB, sendo esta sua última sessão especial nesta Casa, e pediu que se fizesse uma carta às autoridades municipais explicitando que o povo de Belém quer atuar efetivamente na elaboração do novo Plano Diretor de Belém, interagindo, fiscalizando e participando das decisões futuras. Assumiu então a palavra o deputado federal Edmilson Rodrigues e disse ter feito questão de participar desta sessão até como forma de reconhecimento do trabalho que Marinor Brito tem feito. Conseguiu antecipar sua vinda a Belém, embora estivesse marcada para hoje em Brasília a reunião da comissão de deputados que discute o tema da Escola sem Partido. Informou fazer parte desta comissão há pouco tempo, pois era formada por apenas três representantes e obtiveram, após negociação, uma nova vaga, sendo este um tema importante para todos que lutam pela democracia na educação. Considerou depois ser fundamental o tema do desenvolvimento urbano, pois vivemos num mundo urbanizado: desde o ano 2000, segundo levantamento feito pela ONU, mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas. Acrescentou que no Brasil, no ano 2000, mais de 80% da população já vivia em cidades. Isto também ocorre na Amazônia e, particularmente, no Pará, cujo percentual de população urbana hoje se aproxima da média nacional. Assim sendo, continuou, o tema do desenvolvimento urbano é central, pois a maioria da população vivencia problemas classificados como urbanos. Apontou que alguns espacialistas, urbanistas, propõem a construção de avenidas largas, viadutos, achando que a geometria resolve tudo. Considerou ser necessário o planejamento técnico que viabilize a fluidez no espaço urbano, mas os problemas não se resumem a isto. Exemplificou que um dos sérios problemas existentes na dinâmica urbana é o racismo. Comunicou ter ido à tribuna no dia anterior, em Brasília, defender uma lei que agrava as penas para o feminicídio e que o número de feminicídios no Brasil diminui um pouco nos últimos anos, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, entretanto, cresceu o número de mulheres negras assassinadas. Então, avaliou, os problemas urbanos não se atêm apenas à ocupação do solo, à regularização fundiária, à estrutura de saneamento, à estrutura viária e o planejamento do tráfego de veículos: se queremos uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada é preciso pensar a educação, o combate ao machismo e ao racismo, políticas para as crianças e a juventude e políticas ambientais. Referiu que há leis tratando destes temas, mas que não foram aplicadas, tornando-se letra morta. Citou o plano de arborização de Belém, aprovado já há alguns anos, mas que pouco avançou. Disse sentir-se honrado pelas coisas que teve oportunidade de coordenar como gestor da cidade. Considerou inexplicável que hoje vivamos uma crise, adoecendo o povo de Marituba, poluindo os rios e igarapés da Região Metropolitana, sendo isto resultado de uma ação interinstitucional envolvendo o Ministério Público Estadual, uma empresa multinacional, prefeituras e vereadores das cidades da Região Metropolitana. Assim, julgou, o caos foi instalado, sendo uma crueldade porque foi uma ação intencional de destruição do equilíbrio ecológico e da dignidade do povo em uma área que fez Belém merecer estar entre as dez melhores do mundo com o trabalho de biorremediação no Aurá. Lembrou que o Plano Diretor Urbano previa um plano nacional, que nunca foi feito, e planos regionais, além dos planos diretores urbanos. Reportou que alguns países têm uma instituição que administra os problemas que ultrapassam os limites municipais. Citando como exemplo a Itália, disse que a cidade de Milão e os municípios de seu entorno, sua área metropolitana, formam uma província. Então a instalação de um aterro sanitário é de interesse comum, assim como o transporte e a geração de empregos (como a construção de uma fábrica). O planejamento econômico, de transporte, de resíduos sólidos é feito por um ente que é parte da estrutura do estado italiano. Expressou que não temos uma estrutura metropolitana, mas, em janeiro de 2015, foi criado o Estatuto da Metrópole ([Lei Federal nº 13.089](#)), que não vem sendo considerado. Este visa resolver os problemas que envolvem municípios pertencentes a uma área metropolitana a partir de uma concepção sistêmica. Alertou para a necessidade de fazer com que as leis não se tornem letras mortas, reconhecendo ser difícil fazer com que elas sejam cumpridas quando os governos cruzam os braços. Opinou que anteriormente havia divergência quanto ao posicionamento e atuação dos gestores municipais, citando como exemplo o ex-prefeito Hélio Gueiros, mas estes agiam segundo o que pensavam ser correto. Atualmente, comparou, há um total abandono de qualquer responsabilidade para com a gestão pública. Parabenizou a vereadora Marinor Brito e todos os presentes pelo empenho, dizendo ser possível fazer um debate autônomo e independente, pressionar as instituições, inclusive o Ministério Público, chamar a Defensoria Pública para acompanhar o processo, conversar com os juizes das câmaras que poderão julgar alguma situação relacionada aos problemas que serão debatidos e, enfim, envolver todas as situações e organizações neste esforço para tirar Belém desta letargia. A presidente Marinor Brito fez então o registro das presenças do professor Waldir Freire (presidente estadual do PSOL), da doutora Maria Cláudia Bentes Albuquerque (presidente da Comissão Estadual de Direito Urbanístico e Planejamento Urbano da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-PA), da senhora Maria das Graças Pires (coordenadora da União Nacional por Moradia Popular), da senhora Josiane Madeira (membro da Comissão de Ambulantes do Centro Comercial de Belém), da senhora Jeane da Silva Farias (Geografia – UFPA), do senhor Mauro Emílio Costa Silva (doutorando da UFPA), do senhor Pedro Pompei Oliva (chefe do Parque

Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi), da senhora Patrícia Gonçalves (coordenadora da ONG Noolhar), do senhor Leonardo Jeferson Gralha Barbosa (representando o Coletivo Paraciclo), da senhora Melissa Noguechi (do Movimento Bike Anjo), da senhora Maria de Nazaré Baía Lemos (da coordenação estadual Brasil Vida), do senhor Adriano Souto Oliveira (defensor público, convidado a também compor a Mesa pela vereadora Marinor Brito), do senhor João Gomes da Silva (coordenador regional da FASE – Amazônia), do senhor Domingos Conceição (sociólogo e coordenador de formação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH), da senhora Davina Bernadete Oliveira Lima (arquiteta da SEGEP) e da senhora Terena Brito (doutoranda da UFPA). Após estes registros, Edmilson Rodrigues fez uma homenagem ao deputado estadual paraense João Batista (assassinado em 06 de dezembro de 1988 por pistoleiros em frente a sua casa em Belém). O senhor Maurício Dias Leal assumiu depois a palavra e explicou que o Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e expansão urbana e, além disso, é um instrumento de conformação da propriedade urbana à sua função social. Assim sendo, é um instrumento forte de intervenção do estado na propriedade privada e na sociedade em geral. O Estatuto das Cidades ampliou este conceito definindo-o como um instrumento de planejamento municipal, dialogando obrigatoriamente com o zoneamento ambiental e com as leis orçamentárias. Destacou que a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual deve ser obrigatoriamente norteada pelos princípios e diretrizes do Plano Diretor, sob pena de nulidade, mas isto nunca foi feito. Os planos e programas setoriais – habitação, saneamento, mobilidade, acessibilidade, resíduos sólidos – e os planos de desenvolvimento econômico e social também são por ele norteados. Deste modo, avaliou, o Plano Diretor assumiu uma função que ultrapassa o planejamento urbano. Além disso, acrescentou, o Estatuto das Cidades estabelece que o Plano Diretor deve englobar todo o território do Município, urbano e rural. No caso de Belém, é necessário pensar também nas ilhas que compõem o território da cidade e nas bacias hidrográficas como elementos de planejamento. Destacou depois que o Plano Diretor deve ter garantida a participação popular em todo o seu processo de elaboração, execução e revisão. Se não garantirem esta participação, o Executivo e o Legislativo municipais incorrem em crime de improbidade administrativa: a obrigatoriedade da participação popular está estabelecida na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município de Belém. Esclareceu que há vários dispositivos na legislação referente ao Plano Diretor de Belém que remetem a esta participação, dentre os quais a criação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (que nunca foi concretizada) e a realização da Conferência Municipal da Cidade de Belém. Deste modo, do ponto de vista legal, a participação popular está amplamente garantida, inclusive com relação à revisão do Plano Diretor. Está previsto, explicou, que o processo de revisão será convocado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - recém-empossado, conforme registrara anteriormente a vereadora Marinor Brito. Notificou que a composição deste conselho foi estabelecida pela Lei Municipal nº 9313, de 31 de julho de 2017, sendo ele formado por nove representantes do Poder Público Municipal e nove representantes da sociedade civil, relacionadas ao planejamento e desenvolvimento urbano. Considerou esta composição excludente por não incluir segmentos sociais não relacionados ao desenvolvimento urbano, uma vez que o Plano Diretor tem legalmente uma abrangência maior. Tal composição está assim em desacordo com a nova agenda urbana. Esclareceu que a nova agenda urbana é um pacto global (resultante da Habitat III - Conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - realizada na cidade de Quito, Equador, em 2016) que consolida uma nova visão sobre o direito à cidade – uma cidade para todos, sem discriminação de qualquer ordem. Busca construir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis. Pontuou que há uma pactuação global, com esforços regionais, nacionais e internacionais para melhoria das cidades e é importante redimensionar nossas perspectivas a partir dessas elaborações, adaptando-as à nossa realidade. Deu como exemplo a ideia de cidades inclusivas e a de assentamentos humanos livres de pobreza e desigualdade. Observou que pobreza e desigualdade estão entre os nossos principais problemas. Assim, devemos pensar de que forma o Plano Diretor pode contribuir para reduzir a pobreza e a desigualdade em nossa cidade. Em relação ao princípio do estabelecimento de economias urbanas sustentáveis e inclusivas, comentou que, certamente, o mercado imobiliário já tem tudo planejado, com seus técnicos, arquitetos e urbanistas, para dizer: queremos isto no novo Plano Diretor. Entretanto, deveria haver um processo de urbanização que garantisse o acesso equitativo a oportunidades e recursos para todos os habitantes, a justa distribuição do ônus e do bônus concernentes ao processo de urbanização. Assim sendo, questionou a dotação de infraestrutura somente aos bairros onde mora a população de melhor renda. Quanto à produtividade da cidade, opinou que, mesmo da perspectiva capitalista, Belém é improdutiva. Do ponto de vista da sustentabilidade e adequação às mudanças climáticas, questionou se o Plano Diretor estabelecerá medidas para isso ou este tema será deixado de lado. Outro tópico, que considero o mais relevante, é o processo de governança democrático, processo de tomada de decisão e de políticas públicas inclusivas e transparentes. Questionou de que forma isto será garantido no novo Plano Diretor, considerando ser um grande desafio. Disse que todos os processos de licenciamento de projetos urbanísticos deveriam ser digitalizados e disponibilizados para a população no site da SEURB. Não deveria haver nenhum impedimento para que ficassem disponíveis à consulta popular, pois não deveria haver nada a esconder. Externou que precisamos estar em alerta para a forma como ocorre o processo de tomada de decisão em nossa cidade. Concluiu que o direito à cidade não deve ser visto como uma questão meramente técnica, administrativa ou burocrática. Este direito tem duas dimensões, sendo a primeira delas o acesso aos recursos da urbanização – saúde, saneamento, habitação, etc. A outra dimensão é o acesso à tomada de decisões e esta precisa ser efetivada: a participação popular não deve ser fantasia, precisa tornar-se realidade. Reiterou que o Plano Diretor não deve ser somente um instrumento de planejamento urbano, é necessário incorporar as novas dinâmicas de apropriação e consumo da cidade. Ressaltou que a revisão do Plano Diretor deve ser um momento de correção dos equívocos cometidos. Quanto a isto, questionou a existência da avaliação relativa aos equívocos cometidos pelos planos diretores anteriores. Perguntou sobre a história deste processo, os estudos feitos a respeito, se foram realizados ou ficamos apenas no “achismo”. Defendeu que as decisões sobre a cidade sejam tomadas coletivamente, com a participação efetiva da população, e não apenas por uma meia dúzia de técnicos. Homenageou depois pessoas que considerou símbolos da luta pelo direito à cidade:

Marielle Franco (vereadora carioca do PSOL – assassinada em 14/03/2018), Ulisses Manaças (militante histórico e coordenador estadual do MST no Pará, falecido em 14/08/2018), Miguel Lobato (um dos fundadores e coordenador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, falecido em 19/08/2018) e Alcir Matos (fundador e dirigente da Comissão dos Bairros de Belém – CBB, do Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, da Central de Movimentos Populares - CMP e da União Nacional por Moradia Popular – UNMP, falecido em 08/05/2014). Finalizou seu pronunciamento dizendo que estas pessoas ajudaram a pensar e a lutar pelo direito à cidade de uma forma diferenciada, ressaltando que uma visão técnica e burocrática não nos possibilitará incorporar ao Plano Diretor as conquistas e desejos da cidade que queremos. A vereadora Marinor Brito fez então o registro das presenças de Sandro Gaia Pamplona (UNAMA), José Carlos Pereira, Úrsula Vidal (jornalista), Nazaré Bastos, Antonio Oliveira (Associação de Feirantes), Leila Pereira (COHAB), Marta Gonçalves Tavares (SEGEP), Carmen Pereira Souza Aguinaga (OAP – PA), Eduardo Moraes Correa (FIBRA), Amarilde Progenie (Movimento Popular de Bairros), Fernando Mesquita (IPHAN), Roberta Menezes Rodrigues (FAO – UFPA) e Catherine Reis (PARU – UFPA), Laélia Brito (ONG Olhar Futuro para a Amazônia) e Antônia Salgado (Movimento de Mulheres da Amazônia). Assumiu depois a palavra a professora Nazaré Lima (suplente da vereadora Marinor Brito na CMB e que assumirá o mandato desta a partir de 1º de janeiro vindouro) e esclareceu ter feito campanha defendendo a bandeira da saúde pública, mas atuará em defesa de todas as condições que o ser humano precisa para viver bem, os determinantes para uma boa saúde – tais como saneamento e habitação digna. Chamou a atenção para a importância da revisão do Plano Diretor, pedindo que a sociedade civil organizada e a população como um todo participem do processo. Externou ser necessário que venham às sessões da Câmara Municipal de Belém e pressionem os vereadores para que as determinações deste plano sejam cumpridas. As discussões sobre os problemas da cidade devem ser feitas: alagamentos, falta de saneamento, destruição do patrimônio histórico, dificuldades no sistema de transporte, genocídio na periferia, violência contra a mulher, etc. Assegurou que exercerá um mandato integrado ao mandato de Marinor Brito como deputada estadual e de Edmilson Rodrigues como deputado federal e que respeitará todos os compromissos assumidos por Marinor Brito na vereança. Garantiu que estará firme e forte nas lutas, ressaltando o fato de que será a primeira mulher negra a compor parlamento municipal em Belém. Subiu depois à tribuna o senhor Adriano Souto Oliveira, representando a Defensoria Pública, e reiterou o fato de que a participação popular realmente efetiva na consecução da política urbana aconteceu apenas durante os mandatos do ex-prefeito Edmilson Rodrigues. Disse que a legislação municipal é capenga, pois precisa de normatizações e adequações e cumprimento efetivo, o que não ocorre. Informou atuar no Grupo de Regularização Fundiária e Direito à Moradia da Defensoria Pública, composto por seis defensores públicos, uma assessora jurídica e uma arquiteta urbanística. Trabalham mapeando as questões que chegam à Defensoria Pública que dizem respeito à regularização fundiária e direito à moradia na cidade, que informem não serem poucas. Explicou que mais de 54% do território urbano de Belém é ocupado de forma irregular por pessoas de baixa renda e que esse público deságua na Defensoria Pública porque as políticas urbanas não são efetivadas. O Município não cumpre eficientemente o seu papel e as questões chegam ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Judiciário. Este é moroso, as ações judiciais são demoradas, o que compromete a prestação efetiva de direitos às pessoas carentes e aos grupos vulneráveis. Assim, a Defensoria Pública funciona como um contrapoder, dando voz a essas populações carentes. Acrescentou que o Grupo de Regularização Fundiária tem adentrado as comunidades: atendem hoje 53 delas realizando constantemente reuniões e audiências públicas para colher informações quanto à falta de serviços essenciais e também quanto à falta de regularização fundiária. Aditou que a maioria das terras de Belém pertence ao Estado, ao Município ou à União, de forma até sobreposta, o que gera grandes conflitos. Deu o exemplo da área do Portal da Amazônia em que o Município e a União não conseguem chegar a um acordo sobre a quem pertence a região e, assim, até hoje, os moradores não foram assentados e esperam já há dez anos por uma solução. Reiterou que a Defensoria Pública atende essas pessoas e tenta dar voz a elas. Externou que a elaboração do novo Plano Diretor deve ter a participação popular, deve envolver a atuação da Defensoria Pública, do Ministério Público e desta Casa, cujos membros representam o povo. Referiu que atualmente adotam a postura de requerer as regularizações fundiárias com base na Lei Federal nº 13465, de 11 de julho de 2017, que garante a regularização fundiária efetiva de forma administrativa, sem a necessidade de um processo moroso judicial, para as pessoas carentes. Disse saber que há dificuldades orçamentárias. Contrapôs, entretanto, que, quando há vontade política por parte dos gestores, consegue-se fazer a regularização fundiária, dar moradia digna, dar um espaço digno e inserir essas populações na cidade formal. Fez notar que essas pessoas hoje são invisíveis, não havendo para elas serviços públicos, e o simples cumprimento do Plano Diretor já lhes daria direitos. Sugeriu que, nesta revisão, o Plano Diretor observe a Lei Federal 13465, adequando-se a ela, bem como à Lei Complementar de Controle Urbanístico – LCCU (Lei Complementar nº 02, de 19 de julho de 1999). Afirmou que a Defensoria Pública estará como parceira desta Casa, sendo a voz das pessoas que, muitas vezes, não têm quem as represente. A vereadora Marinor Brito fez depois o registro da presença de Hermerino Guimarães Fonseca (sócio-fundador da Associação de Cegos do Pará) e de Fátima Santana e Silvano Silva (representantes do Movimento dos Prejudicados do Tucunduba) e explicou, em seguida, que a professora Maria Elvira fará o pronunciamento final da sessão para sintetizar os aspectos levantados no debate. Isto será incorporado a uma carta que será enviada à PMB, ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e às instituições envolvidas no processo de revisão do Plano Diretor. Manifestou-se posteriormente o senhor Marquinhos e disse que a Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém – AAPBEL tem travado uma luta importante no que tange ao patrimônio da cidade e nas questões de grande interesse para a população desta. Agradeceu pela atuação de Marinor Brito em defesa do povo da capital na CMB, considerando que, agora como deputada, sua luta se ampliará e o povo paraense ganhará muito com sua presença na Assembleia Legislativa. Recordou depois que participou do processo de elaboração do Plano Diretor de 2008. Sendo, na época, vereador de Belém, tendo assumido o mandato como suplente em 2007, esteve em grande parte das audiências públicas e atuou durante as votações na Câmara Municipal relativas ao Plano Diretor. Disse que aquele foi um dos momentos de maior participação da população de Belém, sendo um processo muito rico de construção. Avaliou que, infelizmente, após dez anos, houve um grande retrocesso,

pois, a cidade não tem um planejamento. Há grandes empreendimentos surgindo sem haver discussão sobre como será feita a adequação da urbe a essas modificações. Exemplificou citando o caso da Rua Treze de Maio, entre a Avenida Governador José Malcher e a Avenida Magalhães Barata, onde recentemente caiu um prédio que estava em construção. Informou que era o quinto ou sexto prédio construído em uma área onde havia apenas casas e cujo sistema de esgotamento e drenagem não sofrera adequações para receber essas obras. Comentou que assim ocorre: há liberação de licenciamentos para construção de novas edificações sem haver os necessários estudos e adequações. Assim, há locais da cidade que antes não alagavam e agora alagam: são centenas de locais de alagamento em Belém atualmente, havendo também engarrafamentos que dificultam o fluxo. A este respeito relatou ter saído do bairro da Condor às catorze horas e vinte minutos e chegado somente três e dez à CMB. Destacou que hoje há artigos do Plano Diretor que não foram regulamentados, não há um fundo para a moradia popular, a outorga onerosa não foi discutida a fundo e também não se discute o impacto de vizinhança. Além disso, continuou, segundo o último censo, 70% dos imóveis de Belém não tem documentação, havendo grande insegurança jurídica. Observou que a Universidade Federal do Pará tem dado uma contribuição enorme para o processo de regularização fundiária em Belém, construindo uma proposta que considerou fantástica para resolver o problema. Julgou que, mais que um momento de revisão do Plano Diretor, esta ocasião é um chamado para que a sociedade civil organizada acorde, pois não é possível mais permitir que a cidade seja conduzida sem o mínimo de democracia e planejamento. Avaliou que, apesar do panorama difícil que vivenciamos no país, de rompimento das relações democráticas, tal situação não é mais aceitável. Disse que este é um momento de chamado para todos: os movimentos sociais, as lideranças comunitárias, aqueles que querem uma cidade melhor não podem aceitar passivamente isso. Defendeu a construção de fóruns populares para discutir as demandas na rua em que se mora, os problemas dos bairros, a educação pública, a rede de drenagem e tudo que for relacionado à construção de uma cidade mais justa e democrática. Lamentou que não houvesse mais vereadores de Belém participando da sessão, mas parabenizou a vereadora Marinor Brito por tê-la proposto, agradecendo por haver ainda vereadores que se preocupam com essas questões, levantando importantes discussões. Pronunciou-se depois o senhor Mauro Gaia e afirmou ter acompanhado a revisão do Plano Diretor de 1993 quando ainda era estudante universitário e vivenciou a revisão deste em 2003, como técnico recém-concursado da PMB. Realizaram-se então audiências temáticas, audiências territoriais e depois, por solicitação do Ministério Público Estadual, através da promotora Daniela Dias, houve audiências distritais. O processo de tramitação na Câmara Municipal de Belém durou dois anos, de 2006 a 2008. Lembrou que o Ministério Público Federal recomendara como prazo para a elaboração do plano o ano de 2006, conforme estabelecera o Estatuto das Cidades, mas isto poderia estender-se por mais dois anos, desde que se assegurasse o máximo possível de participação e envolvimento da sociedade. Isto realmente ocorreu, com a importante atuação da CMB, e muitas emendas foram feitas. Após a aprovação do Plano Diretor, em 2008, houve algumas dificuldades. Diversos fatores fizeram com que se perdesse o tempo para a aprovação da maioria dos instrumentos nele previstos. Somente agora, nesta gestão, houve a constituição do Conselho de Desenvolvimento Urbano. A eleição dos conselheiros ocorreu em outubro, um processo acompanhado pelo Ministério Público, conseguindo-se a participação, neste conselho, de todos os segmentos representativos da sociedade civil. Assim, a partir de agora, as decisões relativas à política urbana serão tomadas em conjunto com esses segmentos. Explicou que os participantes do conselho são da área do planejamento urbano porque isto é estabelecido nas diretrizes da lei de constituição do Conselho de Desenvolvimento Urbano. Entretanto, entidades que não fazem parte da sua composição podem participar das audiências, sendo estas abertas e divulgadas em edital. Conforme os temas forem surgindo, outras entidades serão consultadas, não havendo exclusão. As reuniões não serão fechadas e haverá um membro representando o Poder Legislativo Municipal. afirmou que o prefeito Zenaldo Coutinho está ciente desta estruturação e participará da primeira reunião do conselho, marcada para a terça-feira seguinte, às 16 horas, no Centro de Formação de Professores. Na oportunidade será apresentada uma agenda de trabalho, mostrando como se dará o processo de revisão do Plano Diretor. Será discutido então o passo a passo de todo o plano de ação e todos os membros do conselho passarão por um programa de formação sobre a legislação urbanística do município – além do Plano Diretor, a legislação complementar. Informou depois que a Lei Federal nº 13089, de 12 de janeiro de 2015 – Estatuto da Metrópole – estabelece que nas áreas metropolitanas ou de grande aglomeração urbana, onde haja conurbação, deve haver a integração dos planos diretores dos municípios participantes. Isto demanda a atuação do governo estadual, através da SEDOP. Expressou que Marinor Brito, como deputada estadual, deverá instar o governo do estado a cumprir, através da secretaria competente, o seu papel neste processo de integração. Findo este pronunciamento, a vereadora Marinor Brito recordou a importante participação do ex-vereador de Belém Paulinho Fontelles no processo de revisão do atual plano diretor. Fez depois o registro das presenças de Lorena Saavedra (coordenadora da Rede Amazônia Criativa), Jorge André (coordenador do Conselho Municipal de Cultura de Belém), Marly Brito (bibliotecária, representante do Conselho Nacional de Biblioteconomia) e José Emilio Almeida (presidente da Associação dos Concursados do Pará – ASCONPA). Pronunciou-se posteriormente a professora Roberta Rodrigues, docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, eleita como representante desta instituição de ensino no Conselho de Desenvolvimento Urbano. Esta explicou que pretendem realizar um amplo debate dentro da universidade sobre o tema para produzir subsídios, propostas e ideias, compondo uma agenda a ser apresentada perante o conselho. Haverá participação dos diversos cursos – arquitetura, engenharia civil, direito, geografia, sociologia, economia e outros. A intenção é contribuir de forma qualificada no processo de revisão do Plano Diretor, enriquecendo e ampliando a discussão. Esclareceu que a UFPA está aberta ao debate na comunidade universitária, mas principalmente com o restante da sociedade, sendo esta uma orientação geral da instituição. Acrescentou que esta participação no Conselho de Desenvolvimento Urbano não se encerrará com a revisão do Plano Diretor. Lembrou que este conselho é parte de um sistema de planejamento proposto desde 1993. Estão então há 25 anos aguardando que tal estrutura se consolide, mas ela está longe de esgotar o processo participativo e todas as outras demandas necessárias ao planejamento e gestão do território. Entretanto, o conselho é uma instância muito importante porque questões mais delicadas e fundamentais para a cidade devem ser pactuadas, apresentadas e discutidas. Reconheceu que a revisão do Plano Diretor estabelece o

grande desafio de organizar e consolidar a gestão da cidade – a gestão do território possibilita a inclusão social. Exemplificou que quando se discute um tema específico como a regularização fundiária, esta é a ponta de um “iceberg” de todo um processo que tem a ver com a gestão do território e a ausência ou não de políticas públicas e de infraestrutura. Então neste momento de revisão do Plano Diretor será possível esclarecer melhor este planejamento, que exige uma estrutura de gestão e orienta os investimentos públicos, e o quanto deve modernizar-se e adequar-se a nossa legislação urbanística, considerando-se a Lei Municipal nº 7709 (de 18/05/1994, Lei do Centro Urbano), a Lei Complementar nº 02 (Lei Complementar de Controle Urbanístico – LCCU, de 19/07/1999) e o Plano Diretor. Destacou que as leis citadas formam a base legal de que o Poder Público precisa para fazer a gestão municipal de modo a não ocorrerem equívocos como a aprovação de empreendimentos cujas execuções causem prejuízos à cidade. Reiterou que a UFPA estará presente e encaminhará um processo participativo de contribuição para a revisão do Plano Diretor. Manifestou-se depois o professor André Faria (representando o Núcleo de Meio Ambiente da UFPA – NUMA) e considerou que se fará a revisão do Plano Diretor em um contexto histórico muito adverso. Comentou que neste governo autoritário houve a extinção do Ministério das Cidades e o próximo governo será ainda mais autoritário que o atual, sendo muito grande a possibilidade de retrocesso no que tange aos investimentos e políticas públicas. Aditou que o governo estadual não tem uma política de desenvolvimento que leve em consideração as suas regiões e as suas cidades e há atividades e ações que o Município não consegue resolver sozinho, citando entre estas o aterro sanitário, a política de resíduos sólidos. Fez algumas críticas ao Plano Diretor de 2008, embora o considere avançado em muitos aspectos. Inicialmente considerou-o urbano e cidadão, pois deixa de lado as ilhas e demais áreas rurais de Belém. Julgou depois que, embora tenha havido a participação da sociedade na sua elaboração, isto não ocorreu no monitoramento e fiscalização de sua execução. A participação popular tornou-se então apenas normativa, estabelecida em lei, mas sem efetivação real. Outra crítica diz respeito à falta de implementação de instrumentos: há vários planos setoriais e vários instrumentos que não foram concretizados até hoje. Comentou que Belém é administrada há quatorze anos por governos que não valorizam a participação popular, que não conhecem a cidade e não respeitam os seus moradores. Disse ser esta uma crítica que deve ser feita, apesar de todo o trabalho técnico realizado nestas gestões. Considerou que o novo Plano Diretor deve ter uma política de desenvolvimento que leve em consideração Belém e a Região Metropolitana e não apenas a área urbana, mas também a rural. Também defendeu a elaboração de uma agenda que em 2008 talvez não se fizesse tão necessária, mas que hoje se tornou fundamental: políticas para a juventude, políticas para as mulheres e políticas de combate à violência. Pontuou não haver nada referente à segurança pública no Plano Diretor, lembrando que este não é apenas urbanístico, pois orienta o desenvolvimento do Município, sendo Belém um município metropolitano. Em relação à gestão, para que esta não seja apenas normativa, mas para que se torne efetiva, sugeriu a criação de um fórum popular. Avaliou que esta Casa, por mais atuante que seja, não conseguirá acompanhar o Plano Diretor, sendo para isso necessária a atuação de um fórum popular, guardadas as competências do Conselho de Desenvolvimento Urbano. Além disso, continuou, é necessário cobrar as responsabilidades devidas. Fez notar que se, a partir de janeiro, o prefeito Zenaldo Coutinho não encaminhar a revisão do Plano Diretor, tornar-se-á passível de processo por improbidade administrativa, como está estabelecido na lei. Reiterou a sugestão de criar um fórum popular para, independentemente do governo municipal, realizar audiências e atividades discutindo o futuro da cidade. Findo este pronunciamento, a vereadora Marinor Brito fez o registro das presenças de Pedro Paulo Santos (representante da associação Cidade Velha - Cidade Viva), Célia Saavedra (representante do movimento popular Lutando por Belém), Telma Lacerda (representante da Associação de Gestores Ambientais do Estado do Pará), Ivanildo Vilhena (arquiteto e servidor da FUMBEL), Rodrigo Leitão (OAB – Pará), e Hélio Oliveira (representante do Fórum Permanente Fora Lixão de Marituba). Pronunciaram-se posteriormente Maria das Graças Pires (coordenadora estadual da União Nacional por Moradia Popular), Hélio Oliveira, João Gomes (coordenador regional da FASE – Amazônia), Eduardo Correia (mestrando do NUMA - UFPA) e Leonardo Jefferson Gralha Barbosa (Coletivo Paraciclo). Assumiu a palavra depois Ursula Vidal e manifestou sua satisfação pela ida de Marinor Brito para o parlamento estadual, dizendo que ela terá uma substituta à altura no parlamento municipal, a senhora Nazaré Lima. Criticou a falta de fornecimento de dados, por parte da Prefeitura, ao cadastro multifinalitário, que permitiria avaliar melhor a demanda por moradia e a situação atual deste importante aspecto socioeconômico na cidade de Belém. Em relação à crise dos resíduos sólidos, informou sobre audiência em Marituba, no próximo dia 14 de novembro, para discutir a saída da empresa Revita, por falta de pagamento de seus serviços. Opinou que, embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010) estabeleça a construção de aterros sanitários em substituição aos lixões em todo o país, o modelo de aterro sanitário não funciona e está ultrapassado, pois enterra materiais que poderiam ser reutilizados na indústria da transformação, não apenas material inorgânico, mas também a matéria orgânica. Isto poderia gerar receita de modo que a Prefeitura não tivesse despesas com a limpeza da cidade. Defendeu o estímulo às atividades de economia criativa, com o apoio do Executivo Municipal através de tributos diferenciados e a criação de corredores para essas iniciativas, com pequenas intervenções que não teriam impacto orçamentário, trazendo a sociedade civil para transformar os territórios da cidade em espaços de cultura e economia criativa. afirmou que estas formas de produção já existem em Belém, em Icoaraci e em Outeiro, e é preciso que a gestão municipal as apoie tais iniciativas. Pronunciaram-se depois Alexandre Costa (Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una) e Lorena Saavedra (produtora cultural). A vereadora Marinor Brito fez depois o registro da presença dos membros da Juventude da Unidade Popular e da professora Dalva Oliveira (docente da UFPA). Em seguida, a professora Maria Elvira assumiu a palavra e externou que todos os cidadãos e entidades da sociedade civil devem estar vigilantes quanto ao funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Urbano. Explicou que seria impossível, devido à riqueza e diversidade das contribuições, fazer no momento uma síntese de todos os pontos apresentados durante a sessão. Comprometeu-se a realizar esta tarefa, com a ajuda da professora Dalva Oliveira, disponibilizando uma minuta que dê conta da riqueza de todas as intervenções feitas nesta sessão. Considerou ser este um momento extremamente importante para nossa cidade e pediu a contribuição de todos para a

versão final da carta, cuja minuta será repassada a todos. A vereadora Marinor Brito expôs depois as dificuldades em obter avanços no campo legislativo em uma Casa absolutamente conservadora e negociada, onde tudo é baseado na troca de favores, em função de interesses partidários e eleitorais. Externou que se luta pelo mínimo necessário para, pelo menos, sobreviver neste legislativo municipal. Disse que, nesta Casa de Leis, não é a Marinor Brito conhecida e respeitada como ocorre nos movimentos sociais. Pelo contrário, durante os quatro mandatos e meio de vereadora por Belém, foi muitas vezes afrontada e desrespeitada e teve que se fazer de mulher, lutadora e aguerrida, para poder aqui se impor e colocar projetos de interesse coletivo e social, projetos estes que, em sua ampla maioria, foram discutidos com a sociedade. Recordou ter, durante a revisão anterior do Plano Diretor, conseguido realizar quarenta audiências públicas, contrariando os interesses das elites, do poder econômico, que têm assento majoritário nesta Casa. Avaliou que isto não é pouca coisa e tem um simbolismo porque, via de regra, quase nunca se ouve falar da Câmara Municipal de Belém fora dela. Acrescentou que em raras oportunidades se vê a CMB lotada com a participação efetiva da população. Lembrou que, recentemente, as pessoas acompanharam como conseguiram impedir o aumento do IPTU de Belém: foram doze votos a onze para derrubar um requerimento de urgência para entrada em pauta imediata do projeto da PMB que estabelecia o aumento. Foram depois à justiça comum para derrubar o aumento do IPTU, estabelecido através de portaria da SEFIN. Asseverou que a lida na CMB não é fácil e Nazaré Lima, sua substituta, terá uma missão árdua na Casa. Disse que não conseguirão avanços e pluralidade na representação do Conselho de Desenvolvimento Urbano se não houver movimentação popular. Nada ocorrerá se não conseguirem convencer as pessoas a participar e se não se convencerem de que o momento está mais duro para se lutar politicamente, pois os olhares do fascismo e do conservadorismo estão cercado a todos. É preciso então convencer as pessoas de que precisam estar em todos os momentos, não apenas na revisão do plano, mas também na sua aprovação e, principalmente, no monitoramento, fiscalização e controle social de sua aplicação. Referiu que se o Plano Diretor atual tivesse sido minimamente aplicado não haveria crianças fora da escola, não haveria idosos tendo que chamar jovens para fazerem sinal aos ônibus para que possam usar o transporte coletivo, não teríamos pessoas deficientes tendo que esperar horas e horas para conseguir acessibilidade no transporte público. Notificou que foi criada agora uma secretaria e colocou-se uma delegada para perseguir os trabalhadores do mercado informal na cidade, ambulantes e feirantes. Relatou que, na semana anterior, o ex-vereador Marquinhos, cidadão de Belém e morador do bairro, fora proibido de participar de uma reunião da SECON com os trabalhadores do Complexo do Jurunas. Avaliou que os tempos estão mais difíceis porque se sedimentou a cultura da troca de favores. Observou haver vários vereadores que pretendem candidatar-se à Prefeitura de Belém, mas nenhum deles estava presente à sessão para saber o que o povo, as entidades, as ONGs que têm atuação social e a academia pensam. Assim, julgou, o momento é muito complexo, mas é preciso imbuir-se do espírito de que a população, a classe trabalhadora, não deve viver a infelicidade e a barbárie. Manifestou sua confiança no futuro e na construção de um mundo melhor, mais justo, igualitário, solidário e feliz. Externou que o Plano Diretor é um instrumento de diretrizes sobre o direito à cidade, não se encerrando em si próprio, assim como o Conselho de Desenvolvimento Urbano. Afirmou que este deve democratizar os debates e é preciso acompanhar sua atuação. Questionou então quem estaria disposto a participar da primeira reunião do CDU, que terá presença do prefeito, e dizer a eles que querem uma cidade mais democrática, com a efetiva participação dos órgãos municipais para interagir com o interesse coletivo e dos indivíduos que moram aqui e pagam impostos. Ajuizou haver tarefas a cumprir, mas nenhuma delas pode ser individual: devem agir coletivamente. Retomou então a proposta do professor André Faria defendendo a criação de um fórum popular permanente para acompanhamento da revisão do Plano Diretor e de monitoramento da execução deste. Sugeriu que se reúnam mensalmente em outro lugar, entidades e representantes de setores, para saber o que está acontecendo. Referiu não haver transparência na atuação da Prefeitura de Belém e da Câmara Municipal e isto é comprovado quando se acessam os portais da transparência correspondentes: não se encontra nada a respeito do processo de elaboração do Plano Diretor. Afirmou ser fundamental que as contribuições trazidas a esta sessão traduzam-se em processo político, que se inicie a partir dela um processo político. Deste modo, onde quer que estejam, podem convencer as pessoas de que elas precisam lutar pelo direito à cidade. Os instrumentos, continuou, estão aí para serem elaborados, revisados e fiscalizados e devemos ter uma efetiva participação nisso. Expressou estar convencida de que o parlamento não é o fim, mas os espaços devem ser ocupados para ajudar, articular, contribuir na organização da sociedade, em todos os níveis do coletivo chamado população. Asseverou que não estão no parlamento para fazer barganha, para ganhar mensalinho, estão no parlamento para fazer a diferença, para - respeitando o acúmulo coletivo, os debates que a sociedade faz - representar os interesses do povo. Disse ter certeza de que, se não conseguiu fazer muito, esforçou-se bastante, acrescentando ser esta uma sessão de despedida do parlamento municipal. Nestes quatro mandatos e meio apanhou bastante, aprendeu bastante, perdeu um pouco de sua juventude, deixou de acompanhar sua família, mas não está triste porque é um ciclo que se fecha e agora se abre outro. Sairá da CMB com um aprendizado enorme, tendo apanhado muito, quase fisicamente, mas algumas sementes foram plantadas: leis, instrumentos, ações políticas que existem na cidade hoje e que contaram com a sua ajuda e outras que ainda contam. Afirmou que sua suplente, Nazaré Lima, tem uma história linda e começarão a conhecê-la melhor. Perceberão então que mulheres que vêm da classe trabalhadora, quando ocupam estes espaços, o fazem da melhor maneira possível. Entretanto, Nazaré Lima precisará muito da ajuda de todos, pois a revisão do Plano Diretor e a aprovação de alguns projetos que estão engavetados na CMB precisarão de uma ampla mobilização popular. Disse ter sido uma grande alegria participar do processo político na cidade. Tornou-se cidadã de Belém, embora tenha nascido em Alenquer, cidade do oeste paraense, oitava filha de uma mãe que as criou sem um pai. Sentia-se então recompensada por ser respeitada pelos funcionários da Casa, pedindo então uma salva de palmas aos servidores da CMB. Esclareceu que estes estavam trabalhando além do horário e não ganham hora extra, fazendo isso por respeito e amor. Acrescentou que sempre foram compreensivos, parceiros e a ajudaram muito na caminhada. Concluiu dizendo que a partir de primeiro de janeiro estará na Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, mas estará também no *hip hop*, no *rap*, no *samba*, na cultura, nas comunidades, nas igrejas e onde mais precisarem que esteja. Encerrou então a sessão, às deztoito horas e quatorze minutos, agradecendo pela

oportunidade de estar mais uma vez com todos e dando vivas à cidade de Belém. Eu, segundo secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, no Palácio Augusto Meira Filho, aos 29 dias do mês de novembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário

ATO Nº 2009/2018, de 01 de dezembro de 2018.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO disposto no Art. 62, Inciso II, alínea "d", da Lei nº 7.502, de 20/12/90, regulamentado pelo Ato nº 136/2012, de 02/01/2012, que legitimou a concessão de Gratificação por Regime Especial de Trabalho a servidores que estejam efetivamente prestando serviços e trabalhos técnicos de interesse do Poder.

CONSIDERANDO que **Ernando Moreira Azevedo**, está exercendo atividades que implicam no assessoramento às Comissões Permanentes ou Temporárias.

RESOLVE:

ATRIBUIR ao servidor **Ernando Moreira Azevedo**, ocupante do cargo comissionado "Secretário Legislativo", Gratificação mensal no percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo Grupo Nível Superior - Ref. U, do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, disposto no Anexo I, da Resolução nº 067/2011, de 07/12/2011, no mês de dezembro/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de dezembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário

ATO Nº 2010/2018, de 01 de dezembro de 2018.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO disposto no Art. 62, Inciso II, alínea "d", da Lei nº 7.502, de 20/12/90, regulamentado pelo Ato nº 136/2012, de 02/01/2012, que legitimou a concessão de Gratificação por Regime Especial de Trabalho a servidores que estejam efetivamente prestando serviços e trabalhos técnicos de interesse do Poder.

CONSIDERANDO que **Fábio Augusto do Vale Haber**, está exercendo atividades que implicam no assessoramento às Comissões Permanentes ou Temporárias.

RESOLVE:

ATRIBUIR ao servidor **Fábio Augusto do Vale Haber**, ocupante do cargo comissionado "Coordenador de Gabinete-CMB-DAS-200.3", Gratificação mensal no percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo Grupo Nível Superior - Ref. U, do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, disposto no Anexo I, da Resolução nº 067/2011, de 07/12/2011, no mês de dezembro/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de dezembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário

ATO Nº 2011/2018, de 01 de dezembro de 2018.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO disposto no Art. 62, Inciso II, alínea "d", da Lei nº 7.502, de 20/12/90, regulamentado pelo Ato nº 136/2012, de 02/01/2012, que legitimou a concessão de Gratificação por Regime Especial de Trabalho a servidores que estejam efetivamente prestando serviços e trabalhos técnicos de interesse do Poder.

CONSIDERANDO que **Fabrcício Almeida da Silva**, está exercendo atividades que implicam no assessoramento às Comissões Permanentes ou Temporárias.

RESOLVE:

ATRIBUIR ao servidor **Fabrcício Almeida da Silva**, ocupante do cargo comissionado "Secretário Legislativo", Gratificação mensal no percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo Grupo Nível Superior - Ref. U, do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, disposto no Anexo I, da Resolução nº 067/2011, de 07/12/2011, no mês de dezembro/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de dezembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário

ATO Nº 2012/2018, de 01 de dezembro de 2018.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO disposto no Art. 62, Inciso II, alínea "d", da Lei nº 7.502, de 20/12/90, regulamentado pelo Ato nº 136/2012, de 02/01/2012, que legitimou a

concessão de Gratificação por Regime Especial de Trabalho a servidores que estejam efetivamente prestando serviços e trabalhos técnicos de interesse do Poder.

CONSIDERANDO que Geovergina de Figueiredo Cascaes, está exercendo atividades que implicam no assessoramento às Comissões Permanentes ou Temporárias.

RESOLVE:

ATRIBUIR à servidora **Geovergina de Figueiredo Cascaes**, ocupante do cargo comissionado “Secretário Legislativo”, Gratificação mensal no percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo Grupo Nível Superior – Ref. U, do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, disposto no Anexo I, da Resolução nº 067/2011, de 07/12/2011, no mês de dezembro/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de dezembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário

ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Toré Lima. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, o vereador Zeca Pirão assumiu a presidência da Mesa e Toré Lima subiu à tribuna. Este, observando o pequeno número de vereadores em plenário e em atenção a um comentário feito pelo vereador Joaquim Campos, informou já ter solicitado ao presidente Mauro Freitas que o site da CMB informe diuturnamente sobre a presença dos parlamentares nas sessões. Lamentou não haver mais a TV Câmara, avaliando que, se esta ainda existisse, as sessões não iniciariam com apenas quatro vereadores em plenário, tal como ocorria neste dia. Lembrou que o artigo 143 do Regimento Interno desta Casa estabelece que a Mesa Diretora desconte os dias de ausência às sessões ordinárias do salário do vereador faltoso sem justa causa. Fez notar que os parlamentares recebem um bom salário, embora alguns assim não o considerem, e, como os demais servidores, devem comparecer ao trabalho. Quanto à argumentação de que o trabalho do vereador ocorre também fora da CMB, atendendo às comunidades que assiste e às demandas da população, opinou que os parlamentares devem fazê-lo em horário diferente daquele destinado às sessões ordinárias, que ocorrem somente três vezes por semana, no período da manhã. Informou ter dado entrada em um projeto de lei modificando o tempo destinado ao Horário do Expediente e ao Horário de Liderança, de trinta para quinze minutos cada um, de modo que a Ordem do Dia comece às nove horas e trinta minutos. Avaliou que isto fará aumentar o número de vereadores presentes em plenário, explicando que, devido à ausência dos colegas, os parlamentares presentes são obrigados a se pronunciar nos referidos horários para evitar que a sessão seja encerrada por falta de quórum. Disse que tentará sensibilizar seus pares para que esta proposta seja aprovada, observando que esta legislatura iniciou com uma produtividade muito boa, mas decaiu no segundo semestre deste ano. Reportou-se depois à sanção do presidente Michel Temer ao reajuste salarial dos juizes do Supremo Tribunal Federal, cujo vencimento base passou de 33,7 mil para 39,3 mil reais, gerando um “efeito cascata” que aumentará os salários de parte do funcionalismo. Observou que, por outro lado, os funcionários estaduais e municipais amargam perdas e achatamento salarial nos últimos anos. Lembrou que a segunda parte do plano de cargos e salários dos funcionários da CMB ainda não foi implementada. Referiu depois que o presidente eleito anunciou mais um general no primeiro escalão do novo governo, totalizando quatro ministros militares. Disse que torce para que dê certo: embora não tenha votado em Jair Bolsonaro, não faz oposição por oposição, torce para que o Brasil avance. Manifestou, entretanto, ser cético quanto a isso porque se a gestão feita por militares fosse eficiente não teríamos sofrido com os governos militares durante o período de ditadura. Pelo menos, reconheceu, a economia brasileira tem dado sinais de recuperação nos últimos meses, com aumento do nível de emprego formal segundo os dados oficiais do governo. Findo este pronunciamento, o vereador Mauro Freitas assumiu a presidência da Mesa e o vereador Zeca Pirão assumiu a palavra. Este informou ter passado algum tempo sem vir à CMB por estar em tratamento de saúde, mas, quando vem à tribuna, fala, cobra e exige dos órgãos competentes as benfeitorias prometidas durante a campanha eleitoral. Reputou que a situação dos parlamentares municipais é difícil porque os projetos de lei são aprovados, mas não são colocados em prática e isto é desanimador, tanto mais porque o vereador está sempre em contato com as comunidades, com a sociedade de um modo geral. Acrescentou que os parlamentares municipais ouvem as demandas da população e as encaminham, sendo depois cobrados caso não sejam atendidas. O vereador, porém, tem as mãos atadas porque quem faz as obras é o Executivo. Exortou então Moa Moraes a rerepresentar o projeto de lei que estabelece o orçamento impositivo. Advertiu que tal projeto já deveria estar em pauta para ser votado ainda neste ano, de forma a entrar em vigor já no ano vindouro. Observou que o orçamento impositivo permitiria atender o mínimo necessário às comunidades assistidas por cada parlamentar, o que daria ensejo à população para continuar a apoiar o vereador. Expressou gostar muito do atual prefeito, tendo por ele grande admiração, e sabe que Zenaldo tem enfrentado dificuldades em sua administração devido às enormes dívidas acumuladas em gestões anteriores. Entretanto, externou, ele tem deixado a desejar no atendimento às demandas dos parlamentares e isso faz com que os vereadores fiquem desacreditados perante as pessoas. Para cumprir com sua palavra, relatou, tira dinheiro do próprio bolso para atender o povo. Com a aprovação do orçamento impositivo, reiterou, haveria verba para os vereadores atenderem minimamente às necessidades das comunidades. Sugeriu uma articulação entre os parlamentares para que este projeto seja apresentado e aprovado. Considerou ser muito fácil

somente comparecer às sessões, no ar condicionado, tomar cafezinho, água mineral, discutir, aborrecer-se, brigar pela população e receber o salário de vereador no final do mês. Asseverou não ser homem de se acomodar com essa migalha – quer produzir muito mais em benefício do povo. Questionou então de que modo pode fazê-lo. Reconheceu que não há jeito: é preciso ficar com o pires na mão, pedindo e cobrando dos secretários municipais que tomem providências. Externou não ser necessário, muitas vezes, perturbar o prefeito por serem problemas simples que os próprios secretários poderiam resolver. Reportando-se ao problema do lixo, que se espalha em vários locais da cidade, disse já ter retirado, por conta própria, onze lixões dentro de Belém. Relatou ter aconselhado o prefeito Zenaldo a instalar em cada local onde há um lixão um ponto de iluminação, concretar e colocar um banco para que as pessoas possam usar. Em relação aos canais, que também estão sendo usados como lixões, sugeriu que neles sejam construídas áreas de esporte para a prática de voleibol e futsal, dando à população áreas de lazer. Assegurou que isto não custará caro, observando que a população mais pobre tem acesso a poucas áreas de lazer em nossa cidade. Aventou também a possibilidade de estimular as pessoas que moram nas ilhas de Belém, onde há bastante terra, a plantarem e produzirem verduras e legumes, pois não temos áreas produtivas desses artigos no território municipal. A prefeitura poderia comprar essa produção e garantir renda a essas comunidades. Referiu que o trabalho dos catadores também poderia ser estimulado com a troca de certo quantidade de material reciclável por comida, como ocorre em Curitiba há mais de dez anos. Informou que naquela cidade há mais de seis mil e quinhentos catadores beneficiados. Acrescentou que também são muitos em Curitiba os agricultores familiares, que plantam em seus quintais e terrenos, que garantem renda através da atuação da prefeitura. Externou ser questão de planejamento colocar isto em pauta para ajudar as pessoas que estão em situação de carência, passando fome. Manifestou que, independentemente de serem oposição ou situação, os vereadores têm a obrigação moral de fazer o possível para beneficiar a população mais pobre. Defendeu a realização de audiências públicas nos bairros de Belém para escutar as demandas do povo e saber suas necessidades para a elaboração de uma agenda mínima, de forma que os vereadores possam, juntamente com o presidente da Casa, ajudar a população. Sugeriu ao presidente Mauro Freitas que lidere esta iniciativa, formando parcerias nos bairros para tomar conhecimento da situação das comunidades e suas demandas para que se possa ajudá-las minimamente. Joaquim Campos pronunciou-se posteriormente e referiu-se às críticas feitas à escolha de ministros militares na composição do futuro governo Jair Bolsonaro. Achou tais críticas estranhas porque quando Lula e Dilma escolheram bandidos para chefiar ministérios ninguém se opôs. Disse que Roberto Jefferson deu o primeiro passo para salvar a nação quando denunciou o esquema do Mensalão. afirmou que isto impediu a ascensão de José Dirceu, que Lula escolheria como seu sucessor na presidência da República. Deu graças a Deus por tal fato ter acontecido porque se José Dirceu assumisse o poder, avaliou, estaríamos hoje em situação bem pior do que a Venezuela. afirmou depois que as universidades federais brasileiras tornaram-se antros de vagabundos e deveriam ser fechadas para reforma no início do futuro governo. Deveriam ser subsidiados os estudos apenas daqueles que realmente querem estudar. Comemorou depois a ruína de toda a estrutura da esquerda – CUT, CGT e toda a canalhada sindicalista. Externou que a canalha esquerdista vive hoje dentro das ONGs e estas são um câncer para a humanidade. Findo o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade, Zeca Pirão disse que estamos no fundo do poço porque o STF não tem moral para cobrar a prisão de vários membros da gestão passada e da atual. Há vários ministros envolvidos na Lava Jato e nos mensalões e a bomba vai estourar futuramente, pois muitos bilhões foram desviados. Julgou que o Brasil seria um dos países mais modernos do mundo se esse dinheiro não tivesse sido desviado. Tomando como exemplo a saúde pública, teríamos hospitais bem equipados, com remédios sobrando e médicos em número suficiente. Relatou a dificuldade atual para conseguir atendimento e leituras nos estabelecimentos de saúde. Defendeu a construção de um centro de diagnósticos municipal em Belém. Lembrou que reiteradamente fala sobre isso. Expressou ter plano de saúde através do Banco do Brasil, mas fez recentemente exames e ainda teve que pagar adicionalmente mil e seiscentos reais. Imagine-se então a situação do povo: uma pessoa pobre que precisa fazer uma ressonância e uma tomografia. Vaticinou que essa pessoa vai morrer, pois não há jeito. Por esse motivo, concluiu, é urgente construir um centro municipal de diagnósticos para atender a população mais pobre que precisa fazer exames e assim dar sequência a um tratamento ou passar por uma operação. Opinou que a saúde pública é o setor mais importante e deve ter prioridade: as pessoas devem ter um atendimento digno. Reconheceu que o prefeito Zenaldo Coutinho já emprega um percentual significativo do orçamento municipal neste setor. afirmou, porém, que há maneiras de obter mais recursos e sabe como fazê-lo. Informou que insistirá nesta demanda na próxima vez que conversar com o prefeito Zenaldo Coutinho. Pela liderança do bloco PMDB – PHS, Joaquim Campos repetiu que nos governos petistas o país foi governado pela maior quadrilha aqui já formada e vai demorar um pouco para que isso seja dizimado, para que se limpem as universidades e os demais órgãos públicos. Por isso, defendeu a nomeação de ministros que não sejam corruptos na composição do futuro governo. Reportou-se depois ao acúmulo de lixo nas ruas da cidade, opinando que isto não se deve a uma maior quantidade de lixo produzida, mas à falta de uma coleta regular. Sugeriu que se fiscalize o trabalho da empresa responsável pela coleta. Em aparte, manifestou-se a vereadora Blenda Quaresma. Findo este pronunciamento, Zeca Pirão assumiu a presidência e o vereador Toré Lima subiu à tribuna pela liderança do PRB. Este afirmou que não somente Belém, mas toda a Região Metropolitana vive um caos de sujeira e entulho. Convidou os parlamentares a refletir sobre o que cada um tem feito para diminuir a sujeira em nosso município. Considerou que se criou em Marituba um novo lixão, pois não se trata de um aterro sanitário. Opinou que não se pode deixar somente a carga do poder público a responsabilidade pela limpeza na cidade: cada um dos vereadores pode desenvolver algum tipo de projeto para reduzir o impacto ambiental, diminuindo a quantidade de lixo nas ruas. Fez notar que muito material reciclável é inadequadamente descartado. Lembrou que há coleta seletiva na cidade, embora esta funcione minimamente. Informou ter apresentado um projeto

de educação ambiental para esclarecer às pessoas sobre o que é resíduo sólido, sobre o que deve ser descartado e como. Notificou que iniciará em março vindouro um projeto piloto na Terra Firme e outro no bairro do Marco. Recordou também ter sido aprovado nesta Casa um projeto de sua autoria criando a Semana Municipal de Educação Ambiental e esta já fora realizada neste ano, envolvendo comunidades e escolas municipais, com bons resultados. Enfatizou que há muita desinformação a respeito de um tema tão sério e não se deve ficar apenas reclamando: é necessário agir para que tenhamos uma cidade menos suja. Posteriormente, Toré Lima reassumiu a presidência da Mesa e, pela liderança do bloco Democracia Cristã – Avante, pronunciou-se o vereador Rildo Pessoa. Este observou que a limpeza da cidade começa em casa com a separação do resíduo sólido – vidros, plásticos, papel e metais. Julgou a lei ambiental federal bem clara: qualquer ente, público ou privado, é responsável pela destinação dos resíduos que produz. Nos órgãos públicos a destinação deve ser pública. Questionou se os órgãos públicos municipais, inclusive a CMB, fazem a destinação correta de seus resíduos e se sabem a quantidade deles que produzem. Questionou também se há a fiscalização das empresas quanto a isso. Ressaltou ser necessário um sentimento de pertinência e de cuidado para com nossa cidade, mas isso começa em nossas próprias casas. Destacou que é preciso acompanhar o que está sendo feito a este respeito pela Prefeitura de Belém, mas é necessário também que cada um faça sua parte, caso contrário, não haverá bom resultado. afirmou ser insuficiente para a conscientização da população a educação ambiental desenvolvida em nossa cidade. Referiu que o exemplo é o mais importante elemento para a educação das pessoas, mas parece ser melhor quando o material está misturado porque para recolher separadamente o material reciclável seriam necessários dois caminhões distintos de coleta – duas vezes por semana sendo recolhido o lixo comum e uma vez por semana o resíduo sólido. Questionou se é mais razoável um caminhão levar lixo domiciliar de Mosqueiro, atravessar municípios e ir até Marituba ou processar parte deste material antes, diminuindo sua quantidade. O caroço de açaí, sugeriu, poderia ser utilizado como fonte de energia e adubação, mas hoje a maior parte das pessoas que bate açaí dá um “jeitinho” e colocam o caroço no caminhão do lixo. Entretanto, alertou, tal caminhão não deve recolher esse tipo de material. Defendeu ser necessária maior fiscalização e punição aos responsáveis por essa ação ilegal. Sugeriu à Mesa Diretora que seja feita a quantificação do material recolhido na Casa e destinado à cooperativa de reciclagem no próximo ano. Em seguida, pela liderança do PSOL, manifestou-se o vereador Dr. Chiquinho. Este se referiu à matéria publicada no jornal O Liberal, edição deste dia, informando sobre o alojamento da Unidade de Saúde do bairro da Cabanagem. Com a chuva que caíra no dia anterior, a água invadira o prédio, tornando o ambiente absolutamente inapropriado para os pacientes que lá se encontravam em busca de atendimento. Acrescentou que a área da Cabanagem, bem como toda a periferia de Belém, sofre por parte da gestão municipal grande discriminação, não havendo serviços da PMB à disposição da população nessa localidade. Citou o exemplo da Rua dos Comerciantes está com uma obra interrompida já há três anos, com buracos abertos. Informou que o prefeito já foi àquele logradouro, viu o drama que os moradores passam, mas permanece alheio ao sofrimento destes. Notificou que a população está revoltada e prepara uma grande manifestação de protesto contra a Prefeitura de Belém. Em aparte, pronunciaram-se os vereadores Blenda Quaresma e Igor Normando. Pela liderança do bloco PSD – PTC, Lulu das Comunidades fez o registro de que estão sendo recolhidas as assinaturas dos vereadores para que a Casa dê entrada no Ministério Público Estadual e na Defensoria Pública de um pedido de ação civil para suspender os cortes ilegais de energia realizados pela concessionária Rede Celpa. Agradeceu aos parlamentares que já assinaram o documento e pediu aos demais que o assinem, em benefício da população paraense. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura e votação do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando sete dias de licença nojo, no período de 27 de novembro a 03 de dezembro de 2018, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita posteriormente a leitura e votação do requerimento da vereadora Simone Kahwege solicitando quinze dias de licença parlamentar, no período de 28 de novembro a 12 de dezembro de 2018, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita em seguida a leitura e votação do requerimento do vereador Gustavo Sefer solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 03 a 05 de dezembro de 2018, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando dois dias de licenças parlamentar, no período de 28 a 29 de novembro de 2018, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita posteriormente a leitura e votação do requerimento da vereadora Simone Kahwege solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição de 21/11/2018, com o título “Mulheres se erguem contra a violência”, sendo este aprovado por unanimidade. Não havendo mais requerimentos inscritos, o presidente perguntou aos demais parlamentares se desejariam submeter algum requerimento à apreciação da plenária. Não havendo manifestação neste sentido, o presidente encerrou a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Passou-se então à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Institui a obrigatoriedade da disponibilização de álcool gel antisséptico nos estabelecimentos bancários e similares no município de Belém”, referente ao Processo nº 2057/17, de autoria do vereador Paulo Bengtson. Na discussão, manifestaram-se os vereadores Paulo Bengtson (este, durante seu pronunciamento, pediu Questão de Ordem solicitando a votação em bloco e de forma simbólica dos artigos do projeto, o que foi aprovado pela plenária), Rildo Pessoa (com aparte do vereador Paulo Bengtson), Dr. Chiquinho, Igor Normando, Henrique Soares e Amaury da APPD. Fez-se então leitura dos artigos do projeto. Em bloco e de forma simbólica, os artigos foram aprovados por unanimidade. O presidente Toré Lima declarou aprovado o projeto que “Institui a obrigatoriedade da disponibilização de álcool gel antisséptico nos estabelecimentos bancários e similares no município de Belém”, referente ao Processo nº 2057/17. Dando prosseguimento à sessão, iniciou-se a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Institui a Campanha Setembro Amarelo e o Dia Municipal de Prevenção ao Suicídio no calendário oficial do município de

Belém”, referente ao Processo nº 2556/17, de autoria do vereador Dr. Elenilson. O vereador Dr. Chiquinho pediu então Questão de Ordem solicitando informações sobre quando será posto em pauta o projeto do vereador Igor Normando que proíbe a utilização de animais em veículos de tração no município de Belém. O presidente Toré Lima esclareceu que a inclusão em pauta deste e de outros projetos será definida em reunião do Colégio de Líderes. Na discussão do projeto referente ao Processo nº 2556/17, manifestou-se o vereador Dr. Elenilson (com apartes dos vereadores Joaquim Campos e Henrique Soares). O vereador Igor Normando pediu então Questão de Ordem solicitando que se marque logo uma reunião do Colégio de Líderes para definir quando o projeto que proíbe a utilização de animais em veículos de tração entrará em pauta. O presidente Toré Lima informou que levará esta solicitação ao presidente da CMB, vereador Mauro Freitas. O vereador Dr. Elenilson pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto em discussão fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita então a leitura destes artigos que, postos em votação, em bloco e de forma simbólica, foram aprovados por unanimidade. O presidente Toré Lima declarou então aprovado o projeto que “Institui a Campanha Setembro Amarelo e o Dia Municipal de Prevenção ao Suicídio no calendário oficial do município de Belém”, referente ao Processo nº 2556/17. Passou-se posteriormente à discussão única e votação do projeto que “Institui no município de Belém a Semana Municipal do Uso Consciente de Antibióticos”, referente ao Processo nº 2619/17, de autoria do vereador Delegado Nilton Neves. Pronunciaram-se então os vereadores Delegado Nilton Neves e Dr. Elenilson, ficando o projeto em discussão. O presidente Toré Lima encerrou posteriormente a sessão às onze horas e quarenta e cinco minutos. Estavam licenciados os vereadores Adriano Coelho, Fernando Carneiro e Vítor Dias. Justificaram suas ausências os vereadores Gleisson, John Wayne, Marínor Brito e Nehemias Valentim. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco Democracia Cristã – Avante; Bieco, Fabrício Gama, Zeca Pião e Marciel Manão, pelo bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade; Gustavo Sefer e Lulu das Comunidades, pelo bloco PSD – PTC; Blenda Quaresma, Igor Normando e Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS; Igor Andrade, Paulo Bengtson e Moa Moraes, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Celsinho Sabino, Dinelly e Wellington Magalhães, pelo bloco PSC – PPS; Delegado Nilton Neves e Henrique Soares, pelo bloco PDT – PSL; Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Dr. Chiquinho, pelo PSOL; Simone Kahwege, França e Toré Lima, pelo PRB; e Emerson Sampaio, pelo PP. Eu segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 27 de novembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Gleisson. Este solicitou aos vereadores o registro de suas presenças em painel eletrônico. Em seguida, o vereador Joaquim Campos declinou da palavra. Posteriormente o vereador Toré Lima solicitou adiamento de seu pronunciamento. Por não haver outros oradores inscritos para o uso da palavra, o presidente questionou os demais parlamentares quanto ao desejo de se manifestar. Não houve manifestações e o presidente Gleisson declarou encerrado o Horário de Expediente, dando início ao Horário de Liderança. Joaquim Campos pela liderança do bloco MDB - PHS, declinou da palavra. Pelo bloco PMN - PR - PEN - Solidariedade, Marciel Manão disse ser um motivo de alegria estar presente na Câmara Municipal de Belém, onde, logo cedo, participou de um culto religioso. Disse não entender o motivo das reclamações das pessoas que, quando chove reclamam, quando não chove também reclamam. Quanto aos transtornos causados pelos alagamentos no período chuvoso em Belém, alegou serem, na maioria das vezes, os próprios moradores os culpados por despejar seu lixo em lugares inapropriados. Toré Lima, pela bancada do PRB, lamentou a ausência de grande parte dos vereadores na sessão. Sugeriu à Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal de Belém o registro, no site deste Poder Legislativo, da presença ou não dos vereadores nas sessões. Lembrou aos presentes da possibilidade do desconto nos vencimentos dos vereadores faltosos conforme prevê o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém. Pela liderança do bloco Democracia Cristã - Avante, Dr. Elenilson alegou que os alagamentos constantes na cidade de Belém devem-se às chuvas constantes. Atentou, entretanto, para a falta de educação das pessoas na hora de despejar seu lixo, o que na maioria dos casos contribui para os alagamentos. Fabrício Gama, pela liderança do Governo, criticou o vereador Dr. Chiquinho por tecer críticas aos seus pares nas redes sociais. Entende que o vereador Dr. Chiquinho falta com a verdade quando, nas redes sociais, tenta de alguma forma desmerecer a produtividade e o trabalho dos demais vereadores. Em seu entendimento, o vereador Dr. Chiquinho, este sim, tem muito que explicar à população sobre o porquê de estar acumulando outras funções públicas além do cargo de vereador. Pela liderança do bloco PT- PC do B, Amaury da APPD garantiu que não se furtará em falar, apesar de algumas o criticarem por isso, dos transtornos ocasionados por alagamentos em Belém. Em seu entendimento, tanto a população quanto o governo municipal tem culpa pelos constantes alagamentos. A população tem culpa por não ter educação quanto ao despejo do lixo. A culpa do governo estaria na falta de investimento na infraestrutura da cidade e na coleta seletiva do lixo. Compreende, entretanto, ser a culpa do governo a mais grave. Encerrado o Horário de Lideranças, o presidente Gleisson solicitou aos vereadores o registro de suas presenças no painel eletrônico para a verificação de quórum. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente até a nova verificação de presença. Findo os dez minutos determinados, fez-se a nova verificação.

Permanecendo a ausência de quórum, o presidente Dr. Elenilson declarou então encerrada a sessão às nove horas e trinta e cinco minutos, convocando os vereadores para a sessão especial a fim de debater o Plano Diretor Municipal de Belém, no dia 29/11/2018, às 15 horas. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa, pelo bloco Democracia Cristã - Avante; Marciel Manão, Fabrício Gama e Zeca Pirão, pelo bloco PMN - Solidariedade - PEN - PR; Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; Igor Normando e Joaquim Campos, pelo bloco MDB - PHS; Gleisson, Moa Moraes e Víctor Dias, pelo bloco PSB - PSDB - PTB; Delegado Nilton Neves, pelo bloco PDT - PSL; Amaury da APPD, pelo bloco PT - PC do B; Toré Lima, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Estavam licenciados os vereadores: Adriano Coelho, Fernando Carneiro, Mauro Freitas, Simone Kawhage. Justificaram suas ausências os vereadores: Bieco, Blenda Quaresma, França, Paulo Bengtson e John Wayne. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 28 de novembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS
Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário

ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Gleisson. Este solicitou aos vereadores o registro de suas presenças em painel eletrônico. Igor Andrade, após saudar os presentes, falou a respeito deste período chuvoso que vem trazendo constantes transtornos aos moradores de Belém. Alegou que o prefeito Zenaldo Coutinho tem se esforçado para minimizar as dificuldades causadas pelos alagamentos, mas o problema é grave e também é herança de outras administrações municipais. Manifestou esperança na futura administração estadual do candidato eleito Hélder Barbalho que, em seu entendimento, não parará esforços para resolver os problemas enfrentados pelo estado. Mauro Freitas informou sobre o consenso do Colegiado de Líderes desta Casa de Leis a respeito da pauta a ser tratada nesta e nas próximas sessões. O objetivo dos vereadores com o acordo será debater trinta e cinco projetos de grande importância para o município de Belém. A respeito do serviço de coleta do lixo em Belém, argumentou ser cada vez mais difícil realizá-la, já que a quantidade de lixo produzida está aumentando constantemente apesar dos investimentos na área. Posteriormente, o vereador Fernando Carneiro solicitou adiamento da palavra. Não havendo vereadores inscritos para se pronunciar, o presidente concedeu a palavra ao vereador que quisesse se manifestar. Manifestou-se então o vereador Amaury da APPD. Este parlamentar falou a respeito do "Dia Internacional da Pessoa com Deficiência", celebrado no dia três de dezembro de cada ano. Notou que neste ano a data coincidiu com uma ação movida pelo Ministério Público Estadual obrigando o estado a contratar profissionais que possam auxiliar e monitorar as pessoas com deficiência em salas de aula. Informou, entretanto, que não é isso que o movimento deseja, uma vez que não há a garantia de que os profissionais contratados estejam de fato qualificados na área de educação. Informou que nem sequer é cobrado o nível de escolaridade adequada. Encerrado o Horário de Expediente teve início o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PSB - PSDB - PTB, Igor Andrade falou a respeito da obra no canal do Tucunduba. Criticou a forma com que a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB trata os proprietários de carros guinchados, cobrando a diária mesmo que o automóvel tenha sido requerido pelo proprietário antes de completar vinte e quatro horas. Informou que apresentará nesta Casa um projeto de lei para impedir que a SEMOB cobre a diária pelo dia em que a infração é cometida, dentre outras providências, a fim de conter tais abusos. Pela liderança do Governo, Fabrício Gama criticou a empresa responsável pelo aterro sanitário de Marituba (Revita), que atende aos municípios de Belém e Ananindeua, por tentar rescindir o contrato de prestação de serviços. Externou preocupação com os potenciais transtornos a serem enfrentados, oriundos de uma possível interrupção na prestação dos serviços da empresa Revita. Pela liderança do bloco Democracia Cristã - Avante, Mauro Freitas fez das palavras do vereador Fabrício Gama as suas. Acrescentou que a Revita impediu, no início do ano, de forma arbitrária, os vereadores de adentrarem no aterro para fiscalizá-lo. Em aparte, comentaram os vereadores Fernando Carneiro e Sargento Silvano. Pela liderança do bloco PMN - PR - PEN - Solidariedade, Fabrício Gama chamou de absurda a forma com que a empresa Revita vem tratando os vereadores desta Casa de Leis. afirmou que moverá, juntamente com seus pares, uma ação judicial no sentido de impedir que a referida empresa interrompa suas atividades enquanto não houver uma solução para o problema da coleta de lixo em Belém, Ananindeua e Marituba. Pela liderança do bloco PC do B - PT, Amaury da APPD recordou quando a Revita assumiu a tarefa que ainda hoje se propõe a fazer. Segundo informou, os vereadores na época já sabiam das dificuldades financeiras que aquela empresa teria para cumprir suas atividades. Para finalizar, declarou ser do Ministério Público a tarefa de cobrar o cumprimento dos contratos firmados. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro fez coro às críticas feitas hoje pelos vereadores contra a Revita. Apesar disso criticou e responsabilizou as prefeituras pela falta de políticas públicas de tratamento de resíduos sólidos. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Gleisson solicitou aos vereadores o registro de suas presenças no painel eletrônico para a verificação de quórum. Havendo quórum, teve início a Primeira Parte da Ordem do Dia. Através de Questão de Ordem, aprovada por unanimidade, o vereador Henrique Soares solicitou que os projetos em pauta na Primeira Parte da Ordem do Dia passassem à Segunda Parte. Neste momento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Através de Questão de Ordem o vereador Dr. Chiquinho postulou a interrupção da sessão por dez minutos para que os vereadores discutissem pequenos ajustes na pauta e o mesmo sugeriu o vereador Rildo Pessoa. O presidente Mauro Freitas acatou a Questão de Ordem e suspendeu a sessão. A sessão

foi retomada após trinta e oito minutos com o presidente informando sobre as alterações a serem feitas em alguns projetos a fim de serem votados na próxima sessão ordinária do dia 05/12/2018. Para tanto, foi comunicado que a Diretoria Legislativa estará a disposição dos parlamentares ao término da presente sessão para receber as alterações realizadas nos referidos projetos. Após isso, o presidente fez leitura das matérias em pauta - projetos de lei referentes aos processos nº 1383/18, 1384/18 e 1216/18 - e comunicou que devido ao aos ajustes a serem feitos não foram lidas as matérias referentes aos processos números: 2677/17, 154/18, 199/18, 456/18, 471/17, 776/18, 1119/18, 1145/18, 1173/18, 1177/18, 1373/18, 1204/18, 1223/18, 1236/18, 1241/18, 1242/18, 1243/18, 1244/18, 1245/18, 1246/18, 1258/18, 1262/18, 1263/18, 1264/18, 1265/18, 1308/18, 1309/18, 1348/18, 1349/18, 1376/18, 1438/18, 1470/18, 1195/18, 700/18, 1336/18, 1488/18, 1489/18, 891/18, 1359/18, 1553/18, 1532/18, 1536/18, 479/18, 1065/18, 479/18 e 127/16. Em seguida, o vereador Moa Moraes em Questão de Ordem solicitou a dispensa de leitura e interstício dos projetos constantes em pauta nesta parte da Ordem do Dia, o que foi aprovado pela plenária. Dando prosseguimento, o presidente na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Belém convocou os parlamentares para reunião em sessão extraordinária em regime de tantas quantas forem necessárias, a partir do dia 05/12/2018 às doze horas para discutir e votar os projetos de leis constantes nos processos números 1383/2018 que "Altera o Anexo II, da Lei nº 9.339, que dispõe sobre o Plano Plurianual para período de 2018/2021" e 1384/2018 que "Dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2019" - ambos de autoria do Poder Executivo Municipal. Prosseguindo, foi lido e aprovado por unanimidade o requerimento de autoria do vereador Adriano Coelho solicitando licença parlamentar no período de 27 a 28/12/2018. Passou-se em seguida à votação do requerimento de autoria do vereador Toré Lima solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar Especial, integrada por cinco membros, a fim de acompanhar o conflito estabelecido entre a Concessionária de Energia Elétrica do Pará e seus consumidores e propor ações e políticas administrativas que contribuam para a pacificação entre as partes. A Mesa aproveitou a ocasião para comunicar a presença do ex-vereador de Belém, Professor Elias. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Toré Lima, Lulu das Comunidades e Dr. Elenilson. Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Gleisson. A seguir, também justificaram seus votos os vereadores Emerson Sampaio e Fabrício Gama. Não havendo outras prioridades para a votação de requerimentos por ausência dos vereadores ou por solicitação de adiamento, o presidente encerrou a Primeira Parte da Ordem do Dia e solicitou aos parlamentares o registro de suas presenças. Não havendo quórum, o presidente Dr. Elenilson declarou encerrada a sessão às onze horas e quinze minutos. Em seguida convocou os vereadores para a sessão ordinária do dia 05/12/2018 em horário regimental bem como para a sessão extraordinária no mesmo dia às doze horas. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas, Dr. Elenilson, Rildo Pessoa, pelo bloco Democracia Cristã - Avante; Bieco, Marciel Manão, Fabrício Gama, pelo bloco PMN - Solidariedade - PEN - PR; Lulu das Comunidades e Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; John Wayne, Igor Normando e Blenda Quaresma, pelo bloco MDB - PHS; Igor Andrade, Gleisson, Nehemias Valentim, Moa Moraes e Paulo Bengtson, pelo bloco PSB - PSDB - PTB; Henrique Soares e Delegado Nilton Neves, pelo bloco PDT - PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT - PC do B; França e Toré Lima, pelo PRB; Celsinho Sabino e Dinelly pelo PSC - PPS; Dr. Chiquinho e Fernando Carneiro, pelo PSOL; e Émerson Sampaio, pelo PP. Estavam licenciados os vereadores Adriano Coelho, Gustavo Sefer, Simone Kawhage e Víctor Dias. Justificou sua ausência a vereadora Marinor Brito. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 04 de dezembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS
Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário

ATO Nº 2011/2018, de 01 de dezembro de 2018.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO disposto no Art. 62, Inciso II, alínea "d", da Lei nº 7.502, de 20/12/90, regulamentado pelo Ato nº 136/2012, de 02/01/2012, que legitimou a concessão de Gratificação por Regime Especial de Trabalho a servidores que estejam efetivamente prestando serviços e trabalhos técnicos de interesse do Poder.

CONSIDERANDO que **Geraldo Barbosa do Nascimento**, está exercendo atividades que implicam no assessoramento às Comissões Permanentes ou Temporárias.

RESOLVE:

ATRIBUIR ao servidor **Geraldo Barbosa do Nascimento**, ocupante do cargo comissionado "Secretário Legislativo", Gratificação mensal no percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo Grupo Nível Superior - Ref. U, do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, disposto no Anexo I, da Resolução nº 067/2011, de 07/12/2011, no mês de dezembro/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de dezembro de 2018.

Ver. MAURO FREITAS
Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário